

Direito da União Europeia

Sistemas institucional, jurídico e jurisdicional
Princípios do Direito da União

Bibliografia

- Campos, João Mota, Campos, João Luiz Mota, *Manual de Direito Europeu. O sistema institucional. A ordem jurídica. O ordenamento económico da União Europeia*. Coimbra Editora, Coimbra, 2010
- Henriques, Miguel Gorjão, *Direito da União*, Almedina, Coimbra, 2010
- Martins, Ana Maria Guerra:
Curso de Direito Constitucional da União Europeia, Almedina, Coimbra, 2004
- Manual de Direito da União Europeia*, Almedina, Coimbra, 2013
- Mesquita, Maria José Rangel, *Introdução ao Contencioso da União Europeia*, Almedina, Coimbra, 2013
- Quadros, Fausto de, *Direito da União Europeia*, 3.ª ed., Almedina, Coimbra, 2013
- Silveira, Alessandra (Coordenação), *Direito da União Europeia e Transnacionalidade*, QuidJuris, Lisboa, 2011
- Silveira, Alessandra, Canotilho, Mariana (Coordenação), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia Comentada*, Almedina, Coimbra, 2013

Organização judiciária

- Categorias de tribunais e âmbito de competências previstos na Constituição
- Tribunal de conflitos
- Modos de organização e funcionamento dos tribunais judiciais.
- Organização e funcionamento dos tribunais administrativos e fiscais
- Legislação:
- Constituição da República Portuguesa
- Código de Procedimento e Processo Tributário
- Código de Processo Civil
- Código de Processo nos Tribunais Administrativos
- Lei Orgânica do Tribunal Constitucional
- Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
- Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário) e legislação complementar
- Regulamento das Custas Processuais
- Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais
- Estatuto dos Magistrados Judiciais
- Estatuto do Ministério Público
- Estatuto da Ordem dos Advogados
- Estatuto dos Funcionários de Justiça
- Estatuto da Câmara dos Solicitadores

Direito civil:

- Da interpretação da lei e integração de lacunas, da aplicação da lei no tempo e no espaço
- Do exercício e tutela dos direitos
- Prescrição, caducidade e não uso do direito

Bibliografia

- Ascensão, José de Oliveira, *Direito Civil — Teoria Geral*:
Volume I (*Introdução. As pessoas. Os bens*), 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra 2000
- Volume II (*Ações e factos jurídicos*), 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2003
- Volume III (*Relações e situações jurídicas*), Coimbra Editora, Coimbra, 2002
- Cordeiro, António Menezes, *Tratado de Direito Civil Português*:
Volume I — *Fontes do Direito, Interpretação da lei, Aplicação das Leis no Tempo, Doutrina Geral*, 4.ª ed., Almedina, Coimbra, 2012
- Volume II — *Direito das Obrigações, Tomo IV (Cumprimento e Não Cumprimento, Transmissão, Modificação e Extinção, Garantias)*, Almedina, Coimbra, 2010
- Leitão, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito das Obrigações*:
Volume I (*Introdução. Da Constituição das Obrigações*), 10.ª ed., Almedina, Coimbra, 2013
- Volume II (*Transmissão e Extinção das Obrigações, não Cumprimento e Garantias de Crédito*), 8.ª ed., Almedina, Coimbra, 2011

Direito processual civil:

- Princípios fundamentais de processo civil
- Tipologia das ações e formas de processo
- Pressupostos processuais
- Marcha do processo declarativo

Bibliografia

- Cadernos I, II e III do e-book *O Novo Processo Civil*, CEJ, 2.ª ed., in <http://www.cej.mj.pt/cej/home/home.php>
- Guia Prático das Custas Judiciais, e-book CEJ, 2014, http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Guia_Pratico_das_Custas_Processuais.pdf
- Correia, João, Pimenta, Paulo, Castanheira, Sérgio, *Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013*, Almedina, Coimbra, 2013
- Freitas, José Lebre de:
A Ação Declarativa Comum — À Luz do Código de Processo Civil de 2013, 3.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2013
- Introdução ao Processo Civil — Conceito e princípios gerais à luz do novo código*, 3.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2013
- Geraldes, António Santos Abrantes, *Temas da Reforma do Processo Civil*:
Volume I (*Princípios Fundamentais, Fase Inicial do Processo Declarativo*), 2.ª ed., revista e ampliada (2.ª reimp. da ed. de 1998), Coimbra, Almedina, 2010
- Volume II (*Audiência Preliminar, Saneamento e Condensação, Registo da Prova e Decisão da Matéria de Facto*), 4.ª ed., revista e atualizada, reimp., Almedina, Coimbra, 2010
- Volume III (*Procedimento Cautelar Comum*), 4.ª ed., revista e atualizada, Almedina, Coimbra, 2010
- Volume IV (*Procedimentos Cautelares Especificados*), 4.ª ed., revista e atualizada, Almedina, Coimbra, 2010
- Gonçalves, Mário Carvalho, Fernandez, Elizabeth, *Direito processual civil declarativo. A prática da teoria*, Almedina, Coimbra, 2008
- Marques, João Paulo Remédio, *Ação Declarativa à Luz do Código Revisto*, 3.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2011
- Pinto, Rui, *Manual da Execução e Despejo*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013
- Sousa, Miguel Teixeira de, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, Lex, Lisboa, 1997
- Varela, Antunes, Bezerra, João de Matos, NORA, Miguel Sampaio e, *Manual de Processo Civil*, 2.ª ed., reimp., Coimbra Editora, Coimbra, 2006
- 6 de fevereiro de 2014. — A Diretora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufémia Fonseca*.

207601415

Direção-Geral da Administração da Justiça**Declaração de retificação n.º 134/2014**

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo despacho normativo n.º 35-A/2008, de 28 de julho, revisto e republicado pelo despacho normativo n.º 13/2009, de 19 de março, declara-se que o aviso n.º 364/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2014, que torna pública a abertura de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça — Referência PCAT 11/DSJCI/DAG/2013, saiu com a seguinte inexatidão que assim se retifica:

Onde se lê:

«11.4 — [...]

Conhecimentos Específicos:

a) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais — LOFTJ (Lei n.º 3/99, de 19 de janeiro, na sua versão atualizada). O presente diploma bem como o respetivo regulamento (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada) foram revogados pela Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, que aprova a nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Deverá ser consultado o artigo 187.º do referido diploma, na sua versão atualizada, relativamente à sua aplicação faseada em todo o território nacional.»

deve ler-se:

«11.4 — [...]

Conhecimentos específicos:

a) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, na sua versão atualizada e Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, na sua versão atualizada), e respetivos regulamentos (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada e Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de janeiro, na sua versão atualizada);»

28 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
207591178

Declaração de retificação n.º 135/2014

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo despacho normativo n.º 35-A/2008, de 28 de julho, revisto e republicado pelo Despacho normativo n.º 13/2009, de 19 de março, declara-se que o aviso n.º 363/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2014, que torna pública a abertura de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, para preenchimento de três postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça — referência PCTS 16/DSJCJI/DAJ/DIR/2013, saiu com a seguinte inexactidão que assim se retifica:

Onde se lê:

«11.4 — [...] Conhecimentos Específicos [...];

g) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais — LOFTJ (Lei n.º 3/99, de 19 de janeiro, na sua versão atualizada). O presente diploma bem como o respetivo regulamento (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada) foram revogados pela Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, que aprova a nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Deverá ser consultado o artigo 187.º do referido diploma, na sua versão atualizada, relativamente à sua aplicação faseada em todo o território nacional.»

deve ler-se:

«11.4 — [...] Conhecimentos Específicos [...];

g) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, na sua versão atualizada e Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, na sua versão atualizada), e respetivos regulamentos (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada e Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de janeiro, na sua versão atualizada);»

28 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
207591737

Declaração de retificação n.º 136/2014

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo despacho normativo n.º 35-A/2008, de 28 de julho, revisto e republicado pelo despacho normativo n.º 13/2009, de 19 de março, declara-se que o aviso n.º 295/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2014, que torna pública a abertura de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, para preenchimento de três postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça — Referência PCTS 9/DSJCJI/DPO/DIR/2013, saiu com a seguinte inexactidão que assim se retifica:

Onde se lê:

«11.5 — [...] Conhecimentos Específicos [...];

d) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais — LOFTJ (Lei n.º 3/99 de 19/01) na sua versão atualizada).

O presente diploma bem como o respetivo regulamento (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada) foram revogados pela Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, que aprova a nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Deverá ser consultado o artigo 187.º do referido diploma, na sua versão atualizada, relativamente à sua aplicação faseada em todo o território nacional.»

deve ler-se:

«11.5 — [...] Conhecimentos Específicos [...];

d) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, na sua versão atualizada e Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, na sua versão atualizada), e respetivos regulamentos (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua

versão atualizada e Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de janeiro, na sua versão atualizada);»

28 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
207590919

Declaração de retificação n.º 137/2014

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo despacho normativo n.º 35-A/2008, de 28 de julho, revisto e republicado pelo despacho normativo n.º 13/2009, de 19 de março, declara-se que o aviso n.º 365/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2014, que torna pública a abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça — referência PCTS 12/DSJCJI/DAG/GES/2013, saiu com a seguinte inexactidão que assim se retifica:

Onde se lê:

«11.4 — [...] Conhecimentos específicos [...]

a) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais — LOFTJ (Lei n.º 3/99, de 19 de janeiro, na sua versão atualizada); O presente diploma bem como o respetivo regulamento (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada) foram revogados pela Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, que aprova a nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Deverá ser consultado o artigo 187.º do referido diploma, na sua versão atualizada, relativamente à sua aplicação faseada em todo o território nacional.»

deve ler-se:

«11.4 — [...] Conhecimentos específicos [...]

a) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, na sua versão atualizada e Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, na sua versão atualizada), e respetivos regulamentos (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada e Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de janeiro, na sua versão atualizada);»

28 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
207591031

Declaração de retificação n.º 138/2014

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 35-A/2008, de 28 de julho, revisto e republicado pelo Despacho Normativo n.º 13/2009, de 19 de março, declara-se que o aviso n.º 293/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2014, que torna pública a abertura de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça — referência PCTS 8/DSJCJI/DPO/GEO/2013, saiu com a seguinte inexactidão que assim se retifica:

Onde se lê:

«11.5 — [...] Conhecimentos Específicos [...];

d) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais — LOFTJ (Lei n.º 3/99 de 19 de janeiro, na sua versão atualizada). O presente diploma bem como o respetivo regulamento (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada) foram revogados pela Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, que aprova a nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Deverá ser consultado o artigo 187.º do referido diploma, na sua versão atualizada, relativamente à sua aplicação faseada em todo o território nacional.»

deve ler-se:

«11.5 — [...] Conhecimentos específicos [...];

d) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, na sua versão atualizada e Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, na sua versão atualizada), e respetivos regulamentos (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada e Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de janeiro, na sua versão atualizada);»

28 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
207590798

Despacho (extrato) n.º 2275/2014

Por meu despacho de 30 de janeiro de 2014:

Ana Lúcia Loureiro de Abrantes, Escrivã Auxiliar da secretaria do Tribunal de Comarca e do Tribunal de Família e de Menores de Vila